



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 02/2020

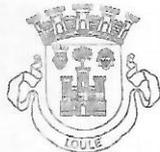
Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro de 2020

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, na Sala de Reuniões do Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

24 Deputados Municipais do PS- Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, Manuel Vitorino Correia Inácio (em substituição de Fernando Pereira Marques), Dionísio Barros Viegas (em substituição de Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Carlos Manuel Pontes Costa), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Adriano Costa Cabrita (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Luis Manuel Amélio Pinguinha (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

9 Deputados Municipais do PSD- Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral Correia, Duarte José de Sousa Duarte, Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Benafim);-----

1 Deputado Independente- Fernando Domingos dos Santos;-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes, o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo os Vereadores, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Não esteve presente, a senhora Vereadora, Ana Machado.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os Deputados Municipais do PS, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Dionísio Barros Viegas, Carlos Manuel Pontes Costa, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Fernando Pereira Marques, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Manuel Vitorino Correia Inácio.-----

O Deputado António Francisco Ferreira Martins, (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Adriano Costa Cabrita.-----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ordem de Trabalhos-----

1-Intervenção do Público;-----

2-Aprovação de Atas;-----

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

5-Moções:-----

"Pelo Hospital Central do Algarve" - Moção Conjunta dos Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal de Loulé.-----

6-Período da Ordem do Dia:-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;**-----

b)- **Informação Atualizada por parte da Câmara Municipal de Loulé sobre a Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente;**-----

c)- **Proposta 7/2020- Deliberação relativa à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 1.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 1.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º185-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

d)- **Proposta 8/2020- Deliberação relativa aos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2020, de 21 de Fevereiro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º224-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

e)- **Proposta 9/2020- Deliberação relativa à Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo a Transferências de Verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 218-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

f)- **Proposta 10/2020- Deliberação relativa ao Envio para Discussão Pública da Proposta de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças para incorporação da Taxa Turística Municipal do Concelho de Loulé (aprovado pelo**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Aviso n.º 8725/2013, publicado no Diário da República n.º 130 de 9 de Julho, alterado pelo Aviso n.º 4951/2015, publicado no Diário da República n.º 87 de 6 de Maio de 2015), ao abrigo do artigo 241.º, conjugado com o n.º 7 do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 136.º do Código do Procedimento Administrativo e no âmbito da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 121-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- Proposta 11/2020- Deliberação relativa ao Projeto de Regulamento Municipal de Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos, ao abrigo do artigo 241.º, conjugado com o n.º 7, do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 136.º do Código do Procedimento Administrativo e, nos termos do disposto nas alíneas k) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com o vertido nas alíneas d), h) e k), do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atualizada; [Proposta da Câmara Municipal n.º 274-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

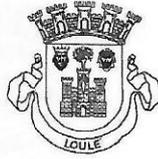
Foram iniciados os trabalhos;-----

O senhor Presidente da Assembleia, começou os trabalhos por dar posse à senhora Deputada Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, que toma posse como membro efetivo da Bancada do Grupo Municipal do PS, em virtude do falecimento do senhor Deputado Hermes Luis de Brito Alberto.-----

1-Intervenção do Público;-----

Neste período usou da palavra o cidadão Carlos Afonso, que disse estar já há cerca de 30 anos no Calçada de Quarteira, e que nunca viu as coisas tão mal como agora, nomeadamente o valor cobrado pelas esplanadas, que estão com um valor muito alto, cerca de 52,50€ por m², para quem pagava cerca de 16€, sendo um valor que fica difícil para qualquer comerciante pagar. No Calçada de Outubro a Fevereiro, as esplanadas estão desertas, não há movimento praticamente nenhum, existe a necessidade de diminuir funcionários, para o negócio poder sobreviver. Sugeri que fosse diminuído o valor e que ficassem isentos de pagar durante os 4 meses de Inverno, porque não é fácil as lojas aguentarem-se abertas nesse período.-----

Foi de seguida cedida a palavra ao cidadão José Neves, que referiu ter estado em 2017, mandatado pela totalidade dos expositores/livreiros do Calçada de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Quarteira, em defesa do mesmo. Falou com as pessoas, andou de "porta em porta" e quando aqui veio, sabia ao que vinha! Disse ter ficado surpreendido com a resposta aqui dada, uma vez que a decisão já estava tomada, e não havendo nada a fazer, não restando mais do que aceitar a decisão imposta pelo Executivo, mas que infelizmente a decisão que tinha tomado estava errada. A Feira de Verão é um fiasco, há zaragatas, roubos, vandalismo, armas, dando assim com esta iniciativa o fim do Calçadão. As contribuições aumentam, mas o negócio não prospera.-----

Em relação ao Calçadão, há pessoas que têm dívidas de rendas de loja, rendas de casa, dívidas a fornecedores, restauração que fechou, empregados que foram para a rua porque o patrão não lhes consegue pagar o ordenado, donos de restaurantes que estão na corda bamba, há veraneantes que se deslocam de Quarteira para Albufeira ou Lagos. Ou o Executivo está a dormir ou não percebe a amplitude da medida que tomou, porque é absolutamente devastador para muitas famílias.-----

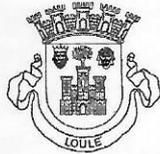
Quarteira tal como Loulé, não é do Executivo, é propriedade de todos os louletanos, e quando um clamor popular, absolutamente ensurdecido pede "não nos tirem o Calçadão", como se continua passados 2 anos, impávidos e serenos, a manter a dinâmica e força "vai ser como a gente quer", não compreende.-----

As pessoas estão fragilizadas na sua reclamação. -----

Foi cedida a palavra ao cidadão **Domingos Carneiro**, morador na zona das Benfarras, EN 125, entre a Multiclínica e o Café Arade, que disse viver sem água e sem esgotos, situação essa que é do conhecimento do Executivo, foi-lhe dito que iria ser tomada uma decisão relativamente a essa questão, e até hoje continua à espera de respostas, uma vez que vivem perto de Vilamoura e estão sem esgotos e água de rede, o que considera vergonhoso nos dias de hoje.-----

Referiu também que tem um pinheiro frente à sua casa, estando metade seco, e que lhe causa bastante incómodo, situação essa reportada à Câmara Municipal, que até à data não deram resposta a esta situação. e disse ainda que tem igualmente 2 alfarrobeiras na berma da estrada, o que lhe tapa a visão de cada vez que quer sair para a rua com o carro, igualmente ninguém resolve. Solicitou que fosse feita alguma coisa em relação a estas situações reportadas.-----

Usou da palavra a cidadã **Maria Baião**, abordando a questão do Canil Refúgio dos Animais da Cabanita e dado que recebeu uma cronologia dos factos e tendo alguma experiência em licenciamento camarário, e com casos difíceis, nomeadamente construções e ampliações feitas ilegalmente em que o assunto tinha que ser trabalhado porque, a Câmara tinha que ser ressarcida das taxas que tinha a haver, por forma a que as propriedades ficassem completamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

legais. Disse ter conhecimento que o Refúgio tinha recebido uma nota de demolição e que foi tratado como um assunto normal, mas que de facto não começou como sendo "normal", mas sim tratar-se de um assunto político.-----
Questionou qual o ponto de situação deste assunto e que o mesmo não pode ser tratado como uma simples demolição de uma barraca qualquer feita ilegalmente num território, uma vez que não foi assim que isto aconteceu e uma vez que existe interesse social e comunitário na manutenção daquele espaço. Existem neste momento 100 animais que estão lá muito bem tratados. O proprietário o senhor Sid Richardson está a oferecer supletivamente contrapartidas pela possibilidade de legalização daquele terreno, para as quais seria apenas patrono, nomeadamente ao nível do Canil de S. Francisco. Parece-lhe tratar-se de um serviço importante à comunidade e não pode ser tratado da forma que está a ser tratado, porque o Senhor Presidente, devia lembrar-se das reuniões e almoços que teve com o Senhor Sid Richardson, o Dr. José Miguel e o Sr. Adelino Campina.-

Foi dada a palavra ao cidadão **Rogério Rochinha**, que referiu ter sido assinado no dia 21 de Fevereiro, o Protocolo em relação à questão do ABC e questionou sobre qual o papel da Câmara Municipal na assinatura deste Protocolo se é só o de pagante, dos edifícios que se vão construir em Loulé e em Vilamoura e se há mais alguma coisa em que a Câmara intervenha neste Protocolo.-----

Foi anunciado um investimento de cerca de 60 milhões de euros por uma empresa estrangeira na antiga fábrica e preocupa-o o facto de falta de habitação para as pessoas que vêm depois para Loulé, há que dar condições para que as pessoas se desloquem para cá e por muita bondade que tenha o Plano Estratégico de Habitação, não vai conseguir resolver esta questão. Existe para resolver o problema de pessoas que já pediram habitação, cerca de 1400 famílias e qual a resolução que há para esta situação.-----

Usou da palavra a cidadã **Carla Costa**, que fez igualmente referência à questão do Calçadão de Quarteira, que disse os 2 últimos anos terem sido péssimos e dos seus colegas 99,9% das pessoas que têm negócios no Calçadão, são igualmente da opinião que têm sido anos terríveis. Ninguém pediu para se retirar tudo do Calçadão, pediu-se para ordenar, o artesanato e as outras atividades que dão vida ao Calçadão no Verão e que é um atrativo para os turistas, nunca ninguém pensou que se iria retirar tudo daquele espaço. Corre-se o risco de se acabar com o Calçadão se nada entretanto for feito. É preciso ordenar, haver um projeto, saber o que é que é melhor para o Calçadão, saber o que vai sair e ficar lá. No Inverno é um deserto, não há nenhum atrativo, e no Verão há gente a mais. É uma pena porque há poucas cidades assim com um Calçadão com a frente de mar linda que Quarteira tem e não há atividades o resto do ano, nesse sentido todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estariámos recetivos a participar para o bem do Calçadão, de Quarteira e do concelho.-----

Referiu ainda que há uns tempos atrás, os comerciantes de Quarteira, foram convidados a participar numa reunião, em que foram ouvidos os comerciantes de Quarteira, para saber o que era bom para o comércio e para o dinamizar. Uma das promessas que foi feita nessa reunião, foi que o mercado, viria para Quarteira, e esta já deveria ter acontecido, porque no Inverno ou em tempos de menos gente em Quarteira, o mercado à 4ª feira faz toda a diferença para o comércio em Quarteira. Foi feita esta promessa e disse que veio aqui hoje fazer essa cobrança, que nunca foi concretizada até ao momento.-----

Uma vez que foram colocadas questões diretamente ao Executivo, foi dada a palavra ao mesmo.-----

Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, respondendo ao cidadão Carlos Afonso e à cidadã Carla Costa, agradecendo as questões formuladas. Disse não saber qual a localização concreta do estabelecimento do cidadão Carlos Afonso e disse que a Câmara Municipal, só aplica taxas de acordo com o Regulamento Licenças e Taxas, acessível no site eletrónico da CML, onde descreve "...esplanadas abertas, incluindo mesas, cadeiras e guarda-sóis com ou sem estrado, por mês e por m2 ou fração, 3,01€. Se for considerado uma esplanada fechada fixa ou amovível, não integrada nos edifícios, por ano e por m2 ou fração, 52,50€." O que está a ser cobrado pela Câmara Municipal de Loulé, está de acordo com o Regulamento.-----

Se houver uma situação da Câmara em que está a cobrar por uma situação de esplanada fechada e os senhores têm uma esplanada aberta, é dirigir-se ao serviço de Atividades Económicas da Câmara e expor essa situação do ponto de vista da má aplicação do regulamento e do que está aqui. Esta aplicação foi feita já em 2015, este Regulamento é de 2013, que tinha o valor de uma esplanada fechada de 104,00€ e em 2015, o valor passou para metade, 52,50€ e na esplanada aberta igual.-----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, disse que este Executivo reduziu para metade o valor das Taxas, mas que será tida em consideração a observação que foi feita, e que fique claro, que quando este Executivo cá chegou, havia uma onda enorme de indignação com a ocupação da via pública por esplanadas, guarda-sóis e essa taxa foi reduzida para metade, se ainda é muito alta, será ponderada essa situação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para esclarecimentos adicionais, e resposta à cidadã Helena Baião, usou da palavra a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, relativamente ao assunto do despacho de demolição do Refúgio Animal na Cabanita, reiterando aquilo que já disse anteriormente sobre este caso, uma vez que esta matéria não está na mão do Executivo, sendo uma matéria de cumprimento ou de incumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis. Este despacho, impunha-se para reposição da legalidade urbanística daquele espaço. Não se trata de ser mais ou menos coniventes com uma situação que é ilegal e por isso é preciso atuar! Do outro lado está alguém tem os seus meios e as suas armas para contestar esta decisão. O que se trata aqui é que aquela obra e aquela ocupação como é conhecimento do proprietário, e dos responsáveis pela sua concretização, era ilegal e nunca era possível de licenciar na Câmara como lhe foi transmitido por inúmeras vezes e a Câmara não pode fazer mais nada do que aquilo que fez.-----

Para responder ao cidadão Domingos Carneiro, usou da palavra o Senhor **Vereador Abílio Sousa**, relativo ao saneamento na EN 125, onde houve uma reunião com os donos das propriedades onde iria passar a conduta de saneamento, cerca de 400 parcelas, o que não tem sido fácil devido à Lei da Proteção de Dados, ficando esse levantamento concluído, até meados do mês de Abril, com as questões que iremos avançar com o Procedimento para o Concurso Público até ao Verão.-----

Para responder às questões que não foram respondidas anteriormente, usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara**, começando por referir-se ao Protocolo com o ABC, mencionado pelo cidadão Rogério Rochinha, dizendo que este investimento na parte dos edifícios vai ser suportado por dinheiros públicos municipais, porque tem interesse público, porque há vários projetos que vão funcionar, farão parte dos serviços a oferecer, cuidados de saúde, e estarão à disposição do público em geral, pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS).-----

O ABC neste momento está já a montar uma rede de desfibrilhação automática externa, no concelho de Loulé, que dentro de 1, 2 meses, será oficialmente inaugurada e anunciada ao país, porque vai ser a primeira rede com uma cobertura muito grande, com formação a várias pessoas, que podem ser militares, técnicos de saúde, funcionários públicos no Estado, mas também pessoas da sociedade civil. Já há mais de 1000 pessoas no concelho de Loulé, com formação, para poderem operar com esses dispositivos. Loulé vai ficar ao nível dos maiores países europeus nesta área com esta cobertura.-----

O ABC estabeleceu com a Câmara de Loulé uma parceria para o futuro de grande importância estratégica para o nosso concelho, vai ser uma ajuda importantíssima



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para que o Algarve, seja uma das regiões no país para poder ter médicos qualificados.-----

Em relação à habitação está a ser desenvolvida a Estratégia Local de Habitação, só que as coisas não surgem assim tão rápido, é um problema do país todo. Loulé nos últimos anos tem sido uma cidade capaz de atrair investimento do estrangeiro, por isso Loulé está a crescer está num excelente momento. Esta política local de habitação é de iniciativa pública e que neste a Câmara Municipal de Loulé está a fazer.-----

2-Aprovação de Atas;-----

Neste ponto, foi apresentada uma Ata para votação.-----

A Ata n.º17/2019 (Sessão Extraordinária de 13 de Dezembro de 2019), foi aprovada por unanimidade.-----

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

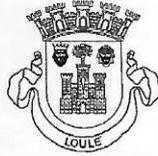
Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia, informou que tinha recebido algumas respostas a questões colocadas pelos Senhores deputados, tendo alguns já seguido para conhecimento dos mesmos e outros não seguiram porque essa documentação só chegou já ao fim desta tarde e seguirão na próxima 2ª feira e depois serão divulgados por todos, porque passam a constar do site da Assembleia Municipal.-----

Informou também que no próximo dia 6 de Março, às 17.30 haverá uma sessão de divulgação sobre os novos processos de transmissão da documentação da Câmara Municipal, para deliberação na Assembleia Municipal. Essa sessão é aberta a todos e será feito o convite a todos que quiserem participar.-----

Referiu também que foi divulgado pelos senhores deputados, as normas em vigor à data de hoje, as recomendações feitas pela Direção Geral de Saúde, sobre a situação atual referente ao Corona-Virus e à COVID-19.-----

Também informou que tinha sido enviados a todas as Assembleias Municipais, pelo GP do PCP, uma proposta de criação de regiões administrativas, não tendo sido aprovada na Assembleia da República e que as Assembleias Municipais, têm-se pronunciado sobre essa matéria.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu à cidadã que colocou a questão relativa a uma reunião ocorrida em Quarteira, sobre a Marginal, sobre a qual na altura tinha assumido o compromisso que traria o mercado para Quarteira, é verdade, acontece que não conseguiu localizar um terreno para poder recolocar o mercado em Quarteira, como era seu desejo na altura. No



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

entanto fez os esforços, que não chegaram a bom termo e daí a impossibilidade de poder assumir o compromisso a que se tinha proposto.-----

DE algum tempo a esta parte a Câmara Municipal de Loulé, em colaboração com a Junta de Freguesia, disponibiliza um autocarro gratuito, para quem se desloca de Quarteira à zona da Fonte Santa, onde é feito o mercado.-----

4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

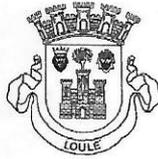
Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, colocou a questão sobre qual o ponto de situação da Associação Turística de Loulé, atendendo ao ponto da Taxa Turística e como está o estado de realização do PDM e qual a posição do senhor Presidente sobre o estado da saúde no Algarve, atendendo a que o estado da saúde no concelho e no Algarve está mais degradado do que deveria.-----

Disse ficar constrangido pelo facto de virem aqui munícipes que aqui vêm quase implorando, uma vez que os seus negócios estão-se a afundar. O PSD já tinha feito referencia várias vezes a essa situação, que era um erro crasso retirar do Calçadão a Feira do Livro, o que resultou foi afundar a economia de Quarteira e a dar cabo de famílias e dos estabelecimentos comerciais.-----

Alertou o Executivo que "as casas não se constroem pelo teto", existem prioridades de hierarquias, que devem ser respeitadas, especialmente quando se trata de pessoas, pois não pode este Executivo Socialista andar-se a substituir ao Governo Central, nomeadamente gastando 16 milhões com o Projeto ABC, quando não gasta 1 cêntimo com os mais fracos e os mais desfavorecidos na construção de Lares de Idosos, na construção de Centros de Dia, implementação de cuidados na comunidade.-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, questionando o Executivo, nomeadamente sobre o modelo de faturação da água em vigor, o método atual é de estimativa por 2 meses, não sendo justo e gerando confusão em que nuns meses paga-se muito e noutro paga-se menos. O método de estimativa não pode ser com o processo que está em vigor, porque há um consumo de água e depois há uma série de taxas anexadas, consoante os escalões que se gasta. A leitura deve ser mensal, o que se traduz num processo mais transparente para o consumidor. Solicitou que fosse alterado este procedimento para faturação mensal, que correspondesse à realidade do consumo.-----

Abordou a questão sobre qual o tipo de obra, que está a ser efetuada no exterior do Centro Autárquico de Loulé, que tipo de empreitada foi feito e o custo da mesma, porque teve conhecimento qua ali iria ser colocada uma obra de arte em azulejos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Referiu ainda que teve conhecimento da existência de um Colégio Privado em funcionamento na Zona Industrial, e que o Regulamento da Zona Industrial não prevê este tipo de instalações. Esta Escola dedica-se a crianças dos 3 aos 11 anos, e gostaria de saber por parte do Executivo, ou da Vereadora responsável pelo Pelouro, se esta instalação escolar está devidamente licenciada, se foram precedidas vistorias e licenças de utilização e se o Ministério da Educação aprovou a referida escola que está a funcionar.-----

Disse também que teve a oportunidade de assistir às cerimónias de elevação do Município a Cidade e que ficou surpreendido pela parte do senhor Presidente da Câmara Municipal, que após 6 anos deste Executivo, foi abandonada a prioridade de concretização do fecho da Circular Norte, até ao final deste mandato, está nos Contratos Plurianuais, que já resvalou para 2022.-----

Apesar de repetidamente repetido e afirmado, foi anunciado após ter assumido a substituição do Governo na obra, se o que é importante para Loulé é a obra da Unidade de Execução, que vai substituir a Circular.-----

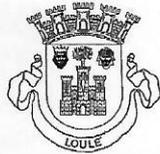
Foi dada a palavra ao **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que disse que a questão da responsabilidade de quem gere o município, nomeadamente dos senhores que são eleitos, no âmbito da gestão autárquica. É responsabilidade de um modo geral, tentar encontrar soluções, para aqueles que são os anseios gerais das populações, neste caso concreto são cidadãos que são empresários que representam uma parte da economia. Há que ir ao encontro dos problemas do dia-a-dia, que é certamente para isso que as pessoas votam.-----

Questionou sobre o projeto Quarteira Eco-Lab, que tem um investimento de cerca de 1 milhão de euros, participado com cerca de 50%, questionou se além daquele projeto que está ali no centro da cidade, que alteração ao traçado pretende para o futuro ou vai mais uma vez ignorar os anseios das populações de Quarteira, qual o ponto da situação. Há que repensar para criar condições de trabalho ali e mais votarão ali porque encontram as soluções.-----

Terminou a sua intervenção perguntando se Quarteira vai ter Mercado Municipal.-----

Posteriormente usou da palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, que agradeceu a resposta célere ao requerimento que apresentou a 27/11/2019, sobre o Plano de Vilamoura., enviaram por parte da Câmara Municipal a carta enviada pela Lusotur, essa carta não veio nas 541 paginas que recebeu.-----

Propôs ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que dentro dos seus poderes, bem como solicitar aos líderes das bancadas, o agendamento de uma reunião especializada para analisar este assunto calmamente, tecnicamente e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

politicamente, porque diz não poder ser verdade o que lhe foi enviado. -----

Informou o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, que o assunto tem transitado desde o mandato anterior, tratando-se de uma questão importante, por ter a ver com contrapartidas face a determinadas exceções que foram feitas no que diz respeito ao ordenamento do território em algumas áreas deste município e com certeza será feita uma análise com cuidado do ponto de vista técnico.-----

Foi dada a palavra à Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, que solicitou ao Executivo Municipal, que informasse formalmente esta Assembleia, do valor já despendido neste mandato, através de um orçamento com valores plurianuais, que incluam os protocolos, acordos institucionais e obras que são da efetiva responsabilidade do Governo Central. Este atual Executivo em detrimento das suas competências locais, tem dado prevalência, a competências que não são da sua esfera, o que poderá levar a pensamentos legítimos, que o objetivo deste esforço financeiro do município, é nada menos do que uma autopromoção junto do Governo Central e do Senhor Primeiro Ministro, António Costa.-----

Sobre a desproporcionalidade dos investimentos realizados, nomeadamente em Quarteira, tratando-se de uma obra de 600 mil euros, em frente à GNR, a requalificação da Praça dos Bombeiros, quando efetivamente a GNR, necessita urgentemente de estacionamento para as suas viaturas. Não há segurança, se não forem dadas as condições mínimas necessárias aos militares.-----

Questionou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, se tem noção desta necessidade por parte da GNR, e quais as medidas a adotar para a resolução do problema.-----

Fez ainda referencia à questão do Saneamento Básico, que é uma preocupação séria desta Bancada, porque viver num concelho rico não serve de nada, quando existem munícipes que vivem em condição de pobreza, sem o acesso a algo tão simples como o saneamento e o acesso à água. Teceu por fim algumas considerações em relação ao Calçadão de Quarteira, nomeadamente sobre quais as alternativas que os cidadãos aqui vieram propor, porque assim na maneira que está não dignifica os cidadãos nem o município.-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que frisou o aspeto concreto do Canil, referindo que o Executivo não pode ir contra a Lei, mas uma Lei tão rígida, deveria ser permitido haver situações atenuantes, quando uma situação com aquele valor é tão importante para o município. Comparar aquele Canil Refúgio da Cabanita, ao Canil Municipal é como comparar "uma pensão estrelinha a um hotel de luxo".-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Referiu que qualquer Executivo deve ouvir o povo e foi o que estes cidadãos aqui vieram hoje, fazer-se ouvir, porque estamos cá para servir o povo.-----

Por ter sido interpolado, pediu a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, que referiu reconhecer que o Posto da GNR de Quarteira, é o primeiro digno que alguma vez teve, e que está muito feliz por isso. Reconhece que os veículos de serviço da GNR foram solicitar estacionamento, e o que foi solicitado, foi para os seus guardas porem os seus carros, para que pudessem estacionar quando fossem trabalhar. Os lugares que lé estão são suficientes para os carros de serviço. A Divisão de Trânsito da Câmara Municipal de Loulé, já lá esteve várias vezes a falar com o Comandante e com alguns elementos do Posto, para eventualmente saber o que é que se poderia fazer para minimizar algum problema.-----

Para responder à questão levantada, foi cedida a palavra à **Senhora Vereadora Heloísa Madeira**, que esclareceu que sobre o estado do processo de Revisão do PDM, o senhor Deputado foi informado no âmbito da Comissão Especializada de Ordenamento do Território, onde essa questão foi colocada, foi devidamente informado que o processo está a decorrer a sua tramitação e não está ainda em condições de se apresentar uma proposta de Plano para ser submetida a discussão, a REN bruta ainda não está aprovada. Estão-se a trabalhar arduamente nessa situação, para que tão breve quanto possível, termos reunidas as condições para o fazer.-----

Para esclarecer algumas questões aqui referidas, entreviu o Senhor **Vereador, Carlos Carmo**, nomeadamente sobre a questão do ECO LAB, Projeto esse que tem um conjunto de conceitos associados, tínhamos que nos candidatar para fazer um conjunto de intervenções.-----

Sobre as questões que referiu, no que concerne à ciclovía, dizer que muito brevemente irão ser feitos ajustamentos ao traçado e que muito em breve será lançada uma obra, para ligação dessa mesma ciclovía à de Vilamoura, permitindo assim que os trabalhadores que utilizam em grande número, que utilizam este transporte para os seus locais de trabalho. Desde que esse projeto foi implementado diminuiu drasticamente os acidentes e outras ocorrências nessa área. Este Projeto vai dar outra dignidade aquela área, que não a que hoje ainda tem.-----

Para esclarecer a questão colocada pelo senhor Deputado Carlos Martins, usou da palavra a **Senhora Vereadora Heloísa Madeira**, que esclareceu que a escola privada na Zona Industrial de Loulé, é que uma proposta para conclusão de obra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

inacabada, foi submetida há cerca de um ano em reunião de Câmara e foi aprovada por unanimidade, a conclusão daquela obra que há largos anos se encontrava inacabada. No final do ano transato foi iniciado um processo de alteração do uso previsto para aquele local de armazém e serviços para um estabelecimento de ensino. Esse processo está a correr a sua tramitação, a obra ainda continua a decorrer, tanto quanto é dado saber, não está em funcionamento e DGEST emitiu parecer favorável à localização e a esta alteração de uso naquela localização. A Câmara emitiu a licença especial para terminar obra inacabada e está em curso e tramitação, o pedido de alteração de uso.-----

Posteriormente usou da palavra o senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, para esclarecer as questões que foram colocadas, nomeadamente a questão colocada pelo senhor Deputado Mário Botelho, será respondida aquando da discussão da Taxa Turística. Relativamente à questão colocada pelo senhor Deputado Carlos Martins, disse que é verdade que fez a proposta e que a mesma foi aceite pela Câmara Municipal, e neste momento está em contratação, para que a faturação de 2 meses, passe a ser mensal.-----

Em relação à Deputada Bárbara Correia, que referiu que o investimento que a Câmara faz com dinheiros públicos municipais, seria para autopromoção do Senhor Presidente da Câmara e Vice-Presidente em relação ao Primeiro Ministro António Costa, o que quer dizer que os investimentos que a Câmara Municipal está a fazer, nomeadamente na participação e comparticipação, do novo Centro de Saúde de Loulé e que brevemente a Câmara Municipal vai inaugurar o novo Posto Salva Vidas, que tem que vir de Faro, para salvar pessoas, nomeadamente os pescadores e outras pessoas de Quarteira, em que a responsabilidade da Câmara não pode estar alheia, em relação à segurança da população que vive no concelho de Loulé. Mais uma vez não aceita, que se ponha em causa tudo aquilo que é a utilização de dinheiros públicos, que esteja em causa a alimentação de egos pessoais em relação à segurança e utilização de dinheiros públicos municipais.-----

Concorda com a intervenção do Deputado António Farrajota, que de facto quem manda são as pessoas e é para isso que este Executivo trabalha, dentro dos parâmetros legais e dos quais a constituição e os diplomas legais o obrigam, porque o que está em causa, são, não só coimas financeiras como até penas de prisão, para quem não cumpre a lei.-----

As pessoas que estão a trabalhar neste Executivo, têm uma grande responsabilidade, daquilo que é do ponto de vista da legislação atual, não aceita autopromoções ou egos aqui em relação a esta matéria.-----

Todo o investimento do Estado, seja ele Câmara Municipal ou Governo Central, está naquilo que é o Plano Plurianual de Investimentos, e toda a solicitação que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tem sido pedida em relação a esta matéria.-----

Usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara**, e nomeadamente sobre a questão da saúde, lembrou que na altura em que se sentou à porta do Centro de Saúde de Loulé, para despachar expediente e para chamar a atenção para o estado gravíssimo em que se encontrava o funcionamento do mesmo, e é preciso que haja consciência que naquela altura a SUB de Loulé, estava em risco de encerrar porque não havia médicos. Naquela altura havia menos dinheiro para a saúde, hoje há um maior investimento em termos absolutos. Havia um grande desinvestimento na saúde, hoje há mais. E mais médicos também. Desvalorizaram o trabalho dos profissionais da saúde, hoje felizmente esse ciclo depressivo relativamente à saúde, inverteu-se. Estamos a trabalhar para melhorar os cuidados de saúde, que são prestados à população. Referiu a questão de um Protocolo que estava na "gaveta" quando este Executivo cá chegou, para construir um Edifício de Saúde, foi retirado por esta autarquia e hoje está um projeto concluído para construir um novo Edifício para a Saúde.-----

Disse também que estão e curso várias medidas de investimento na saúde, como o projeto dos desfibriladores automáticos externos, um investimento municipal para prevenir a saúde das pessoas. Dentro das possibilidades este Executivo está a investir na saúde dos nossos concidadãos. Este Executivo está só há 6 anos em funções, o Executivo PSD esteve 12!-----

Referiu ainda a inauguração da BAL em Quarteira e o Quartel dos Bombeiros em Quarteira.-----

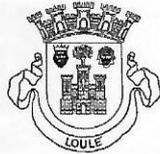
Apelou á memória dos Senhores Deputados da Bancada do PSD, porque há que olhar para o passado, quando não o fizeram e criticam o atual Executivo.-----

Os dinheiros públicos são gastos em equipamento para a Proteção Civil, em Edifícios da Saúde, em Quarteis da GNR, etc e como são capazes de dizer que esse dinheiro é para promoção pessoal? Fica muito mal proferirem tais afirmações, há que ter contenção e pensar bem naquilo que se diz!-----

Sobre as obras de esgotos, há imensas a serem feitas por esse concelho fora, trata-se de u concelho com uma taxa de cobertura altíssima e está sendo ampliada; Santa Luzia, Clareanes, Monte Seco e projetos para serem iniciados em mais locais do concelho e igualmente investimentos feitos para auxiliar os idosos do concelho, nomeadamente nas IPSS' s, só este ano 1 milhão e cem mil euros.-----

Este Executivo já auxiliou centenas de famílias nomeadamente na ajuda a idosos, com a casa onde habitam, com medicação, etc. Isto trata-se de política social.-----

No seguimento, iniciou a sua intervenção, o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sua intervenção, chamou a si, todos os louros daquilo que foi feito no concelho de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Loulé, mas que não corresponde à realidade e mencionou as obras que foram feitas no seu mandato quando foi Executivo, nomeadamente na área da saúde, exemplificando com as iniciativas que foram feitas por si, como a Unidade Móvel de Saúde, o Serviço de Atendimento Permanente em Quarteira que funcionou até à meia-noite e nunca seria possível encerrar o Sub de Loulé. Contribuíu decisivamente para a implementação do Hospital de Loulé. Referiu ainda as dificuldades que o Hospital de Faro está a passar e nunca foi tão mal falado como está a ser agora, pelos piores motivos.-----

A Câmara de Loulé, vai gastar 18 ou 19 milhões de euros, e não faz aquilo que deveria fazer, camas para idosos, Infantários, etc. Vai gastar esse dinheiro no Projeto ABC, que faz parte da ciência, da descoberta de novos métodos, mas questiona o que é que seria mais importante para a cidade de Loulé e para a população do Algarve? Se deste dinheiro, 10 milhões de euros, conjuntamente com os municípios do Algarve, fosse apresentado ao Ministério da Saúde, para a construção do Hospital Central do Algarve, que já existe terreno e o projeto está feito, conjuntamente com todos os municípios do Algarve, o Hospital Central do Algarve, seria uma realidade e seria muito mais importante para as pessoas.---

Usou da palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que referiu que quando o Governo Central não resolve rapidamente os problemas de investimento que deveria investir, obviamente que o poder local, se tiver condições para o fazer, respondendo exatamente às necessidades dos munícipes e do seu território, pode e deve substituir-se. Congratula este Executivo, por projetos como aqueles que vão ser inaugurados em Quarteira. Referiu ainda que Portugal é o 3.º país do mundo, em termos de segurança e isto há que salvaguardar e esta oferta que temos para dar a quem procura o nosso país para férias ou para residir. O BAL é uma infraestrutura fundamental para o Algarve.-----

Discorda da posição do Dr. Seruca Emídio, relativamente ao Projeto ABC, porque se trata de um projeto futurista, que vai marcar não só o nosso concelho, como a região e o país e sobretudo quando se conseguir congregar vontades, através de Protocolos, com instituições na área da saúde, tão importantes como Fundação Champalimaud, INFARMED, Instituto do Sangue, etc, um conjunto imenso de instituições na área da saúde fundamentais para que possa funcionar.-----

Depois o Senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, pediu para intervir na sequência da intervenção de um senhor Deputado que o invocou e como tal sente-se na obrigação de intervir para esclarecer algumas questões suscitadas pelo Senhor Deputado Seruca Emídio. Relativamente ao Hospital de Faro, por força de um erro gravíssimo, que o Governo PSD, na altura, que foi criado o Centro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Hospitalar, obrigando a uma fusão de 2 Hospitais no Algarve, sem estudo nenhum e à redução cega que fizeram na área da saúde.-----

Referiu o caso de um doente com uma doença infeto-contagiosa, que fez greve de fome amarrado aos portões do Hospital de Faro, porque não lhe foi dada a medicação que necessitava, nomeadamente para a defesa da saúde pública. O senhor Deputado na altura esteve aqui calado e agora vem aqui dizer que o Hospital de Faro passa pela sua fase mais negra? O Hospital de Faro passa por muitas dificuldades, algumas delas por força da carreira médica que o Governo PSD ajudou a destruir. Os profissionais não estão disponíveis para continuar a ser pagos como são, porque não têm carreira, nomeadamente existem prestadores de serviços que ganham 2 ou 3 vezes mais o que eles ganham, mas isso está a ser resolvido. O Orçamento de Estado para este ano, já identificou esse problema e já avançou numa solução.-----

5-Moções;-----

"Pelo Hospital Central do Algarve" - Moção Conjunta dos Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal de Loulé.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, referiu existirem 2 Moções para discussão, Moção Conjunta dos Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve *"Pelo Hospital Central do Algarve"* e Moção de Recomendação *"Pela maior participação e envolvimento dos jovens"* apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

A Moção *"Pelo Hospital Central do Algarve"*, trata-se de um Moção conjunta, apresentada por todos os Presidentes das 16 Assembleias Municipais, consensualizado este texto e que seria apresentada na Sessão Ordinária do mês de Fevereiro. O objetivo é que os municípios através dos seus órgãos, se constituam em Comissão de Acompanhamento e de apoio à concretização deste Hospital. Houve um grande consenso de todas as forças políticas, em relação ao grande consenso da população que é necessário uma unidade deste tipo.-----
Foi dada a palavra aos Grupos Municipais para se pronunciarem sobre a Moção.---

O senhor Deputado Mário Botelho (PSD), pronunciou-se dizendo que esta matéria é alvo da preocupação de todos, o Hospital Central é uma estrutura necessária para a melhoria da saúde no Algarve. O PSD está de acordo com esta Moção, deixando uma pequena nota, no sentido de que já que o nosso Executivo, faria sentido novamente substituir-se ao Governo Central e dotar de 20 milhões de euros para a construção deste novo Hospital e nomeadamente as outras





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

autarquias na zona da implementação do novo Hospital, pudessem na medida da sua possibilidade contrapor com algum valor e se calhar teria grande parte do investimento para o Hospital Central do Algarve e rapidamente o teríamos concluído. Deixa assim o repto ao senhor Presidente da Câmara, para alocar uma das rubricas do próximo orçamento, 20 milhões de euros para este Hospital Central.-----

Na sua intervenção, o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, disse que esta Moção merece o seu total apoio, tanto mais que nesta Assembleia Municipal, foi aprovada por unanimidade, uma Resolução sobre o Estado da Saúde no Algarve, onde consta uma referência à construção urgente do Hospital Central do Algarve. No Orçamento de 2019, o BE, apresentou uma proposta que foi aprovada, para a abertura do procedimento, para o início do processo para o Hospital Central.-----

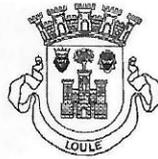
Neste Orçamento para 2020, o PS Algarve, afirma que estão inscritas verbas para o Hospital Central Universitário do Algarve. Existem inscritas 5 unidades e o Hospital Central, não aparece como prioridade para este mandato. Há que exigir do Governo, que até ao final deste mandato, estejam criadas as condições para o início das obras. Há que lembrar que em todas as situações e na melhor das hipóteses, nem daqui a 6 anos teremos o Hospital Central e a Universidade do Algarve a funcionar. Há que criar condições para que o SNS (Serviço Nacional de Saúde), para colmatar as necessidades de profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares, garantias de financiamento por forma a saldar os pagamentos em atraso, para os responsáveis da gestão hospitalar, possam planear atempadamente o futuro.-----

O Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, fez votos para que esta Moção seja unanime dos Presidentes das Assembleias Municipais, mas não está convencido que o município de Faro esteja de acordo com o município de Loulé.---

Ao que o Senhor **Presidente da Assembleia**, respondeu que apenas podia informar que o Presidente da Assembleia Municipal de Faro está de acordo com esta Moção.-----

Foi colocada à votação a **Moção "Pelo Hospital Central do Algarve"** - Moção Conjunta dos Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

O Senhor **Deputado Marco Ferreira (PS)**, apresentou uma Declaração de Voto em nome do Grupo Municipal do PS, fazendo a leitura da mesma (documento será



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

anexo à Ata).-----

Na sua intervenção, relativamente a esta Moção, o Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que esta Moção é importante, com o empenhamento de todos os partidos políticos. De facto, o Orçamento de Estado para 2020, não tem nenhuma verba afeta à construção do Hospital. O financiamento estará eventualmente, de acordo com a informação da ARS, no Orçamento da ARS Algarve, porque são estudos, não há construção e como tal, não há qualquer verba para construção em 2020. É de notar que a 1ª versão das Grandes Opções do Plano, não continha uma menção ao Hospital, tendo sido graças ao debate na Assembleia da República, que depois na versão final, ele consta, é mencionado a seguir aos outros hospitais, Todos os Santos, Évora, Sintra, etc. que esses sim, já estão considerados porque implicam construção e já estão considerados na lista de hospitais a construir. É necessário que todas as forças políticas, mantenham "a pressão", para que se concretize essa infraestrutura que é necessária à boa prestação de cuidados de saúde no Algarve-----

Manifestou a todos a sua satisfação, não só como Presidente da Assembleia Municipal, mas também a título pessoal, pela forma como as várias forças políticas, têm combinado as suas ações, para se concretizar este processo e melhorar os cuidados de saúde no Algarve.-----

Passou-se à Moção seguinte;-----

"Pela maior participação e envolvimento dos jovens" - Moção de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

Para a apresentação da Moção, foi cedida a palavra ao Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, fez a leitura da mesma (documento será anexo à Ata).-----

Interveio em seguida, a Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, relativamente a esta Moção, mencionando que a ideia de uma Assembleia Municipal de jovens, é algo que o PSD defende e teve inicialmente essa iniciativa. A iniciativa de grande mérito, realizada nos mandatos do Dr. Seruca Emídio, nomeadamente o Jogo da Democracia, que consistia numa simulação de uma Assembleia Municipal de Jovens de todo o concelho, iniciativa do PSD, e quem deixou de continuar foi o PS. O PSD já deu assim provas de que acredita muito nos jovens e no seu potencial transformador da sociedade. Os jovens do concelho de Loulé, identificam problemas sociais e se lhes for dada essa possibilidade, apresentarão soluções com elevado grau de resolução e mostrarão à sociedade que é possível fazer melhor e diferente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

No entanto esta Moção de Recomendação, carece de concretização numa série de parâmetros, porque se limita a dizer que se quer uma Assembleia Municipal Jovem, mas não refere em que termos.-----

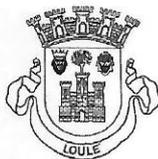
A forma como se pretende implementar esta Assembleia Municipal de Jovens, sob pena de se tornar mais uma proposta na gaveta, de ser mais um órgão parado como está atualmente o Conselho Municipal da Juventude, que hoje em dia está em inércia. No que irá resultar da apresentação das propostas pelos jovens, ou seja, que seguimento daria a Câmara Municipal a essas propostas, com que frequência seria efetuada, e se essas sessões seriam temáticas ou não.-----

Posto isto, o PSD e a JSD, gostaria de fazer as seguintes sugestões, a incluir nesta Moção; estipular que essa Assembleia seria temática, como era o Jogo da Democracia e trimestral, por exemplo, o tema "a Igualdade de Género", nesta sessão os jovens teriam de apresentar propostas de ação na comunidade, no âmbito do respeito pela igualdade de género, ao nível do mercado de trabalho, educação, prevenção e combate à violência doméstica e de género. Estipular que as propostas mais votadas nessas Assembleias, fossem depois apresentadas nesta Assembleia Municipal, num período especial criado para o efeito, dando assim um peso e uma seriedade aos nossos jovens. O objetivo é respeitar o trabalho dos nossos jovens, e elevar a classe política com os jovens e que essas Assembleias dos jovens, fossem transmitidas em direto na página link da Assembleia Municipal.-----

Sugeri a redação de uma Moção em conjunto com o PSD, que incluía estas sugestões, de forma a que se compreenda melhor aquilo que se pretende com a criação desta Assembleia Municipal de Jovens.-----

Em seguida usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse que era bom que as questões da participação, da cidadania e da abstenção, sejam apresentadas aqui, como foram há cerca de 1 mês atrás, no âmbito da descentralização das sessões da Assembleia Municipal.-----

Neste município existe em funcionamento o Conselho Municipal da Juventude, composto por jovens, representativos das Escolas, Associações Culturais, Escutas/Guias, dos Partidos, apoiados pela Divisão da Educação e Juventude, da Câmara Municipal, onde a solução deverá passar pelo melhoramento da sua atividade, na divulgação junto das escolas e nas organizações de juventude. Houve noutros mandatos o Parlamento Jovem da Democracia ou os Jogos da Democracia, que debatiam entre si, políticas sobre determinados problemas comuns, como a educação, saúde, sexualidade, emprego ou cidadania. Tivemos um jovem oriundo de uma escola do concelho, que foi convidado numa Sessão Comemorativa do 25 de Abril. O BE, concorda com todas as propostas, que contribuam para os esclarecimentos dos jovens, na vida pública, na participação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de sessões e debates sobre diversos temas e no seu envolvimento, para a prática da cidadania. Disse não compreender o que o PS pretende, nem se consegue perceber como será viável a constituição da Assembleia Municipal de Jovens, nos termos que propõem, considerando assim uma forma dos jovens contactarem diretamente com o funcionamento da Assembleia Municipal.-----

A Recomendação, refere, no 3º parágrafo, algo inédito e transcreve: "...o mesmo sucede em Portugal, onde os jovens estão insatisfeitos com a Democracia." Na sua opinião, os jovens estão insatisfeitos sim, e muito, com quem nos tem governado, não levando a sério e feito verdadeiras barreiras políticas de apoio à juventude. A democracia, não tem culpa nenhuma, que a maltratem todos os dias. Referiu que esta proposta deverá ser reformulada, embora concorde que os jovens devem participar no debate da sociedade.-----

No seguimento usou da palavra, o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, referiu que deve ser pensado como se traz os jovens até aqui.---

O Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que iria tentar dar um contributo, nomeadamente existe uma série de iniciativas do Parlamento Jovem e uma série de experiências em múltiplas Assembleias Municipais, porque vendo as boas práticas noutras Assembleias, pode-se aqui fazer o nosso próprio modelo. Há bem pouco tempo a Assembleia Municipal de Silves, promoveu uma iniciativa nesta área, assim como a Assembleia Municipal de Ourém.-----

Disse ainda que iria enviar para conhecimento dos senhores Deputados, um concurso que foi lançado pela Associação das Assembleias Municipais, junto das escolas, no sentido de uma aproximação dos jovens à política e ao funcionamento das Assembleias Municipais, por ser o órgão que está mais perto ao nível municipal, e nomeadamente terá que haver cooperação entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, por razões de ordem prática.-----

Muitas das questões que foram levantadas pode-se encontrar as devidas respostas. Sugeriu que pudesse haver, nomeadamente das 2 bancadas maioritárias, pudessem ter um grupo de trabalho de jovens para promover, nomeadamente daqueles que podem aderir e que têm mais sensibilidade e depois desencadear as iniciativas junto das escolas, em nome da Assembleia Municipal, com o apoio da Mesa, de maneira a atingir esses objetivos.-----

Para as considerações finais, foi dada a palavra ao Grupo Municipal Proponente, neste caso o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, disse não ter compreendido a intervenção do Senhor Deputado Carlos Martins, se foi uma intervenção, se foi uma pergunta, se foi uma afirmação, se foi uma constatação de algum facto, que pensa que é facto. Tendo em conta as intervenções da Bancada do PS, que de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

certa forma revelam alguma atitude paternalista, mas os jovens não precisam de pessoas que lhes digam o que têm que fazer.-----

Posto isto, referiu que em primeiro lugar, não tem que numa Moção de Recomendação, dizer a forma como se pode ou como vai funcionar. Como é referido nesta Moção e bem, em articulação com a Câmara Municipal, cujos agrupamentos de escolas do concelho, como forma de como esta Assembleia Municipal Jovem irá funcionar, deve ser feita pela Assembleia Municipal, articulada como é óbvio com a Câmara Municipal e com os Agrupamentos de Escolas do concelho.-----

Caso esta Moção de Recomendação seja aprovada, sugeriu à Mesa e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que crie uma Comissão de Trabalho, para desenvolver o método de funcionamento desta mesma Assembleia.-----

Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia, que se pode realizar o solicitado, uma vez que faz parte das funções da Assembleia e da Mesa, e que numa próxima reunião da Comissão Permanente irá propor um modelo simples, que permita trabalhar e obter resultados.-----

O Senhor Deputado Carlos Martins (BE), disse que desta reunião de hoje, já poderia sair a indicação desses membros, propondo que um representante mais jovem da Bancada do PS e outro da Bancada do PSD em colaboração com a Comissão Permanente para promover o seu início.-----

Referiu o Senhor Presidente da Assembleia, que poderiam ser convidados os representantes mais jovens 1 do PS e 1 do PSD a estarem presentes na próxima Reunião da Comissão Permanente, para se debater sobre esta matéria e igualmente o convite é extensível ao Deputado Independente.-----

Usou da palavra o Senhor Deputado António Farrajota (CDS), que disse não ter construído ainda uma ideia de como vai isto na realidade ser posto em prática. Uma vez que irá ser proposto na Reunião da Comissão Permanente, e que a pessoa que vier, tenha uma ideia clara do funcionamento do Organigrama e de como é que isto se põe em prática.-----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia, que tendo em conta o que aqui foi dito, de como isto se leva à prática e como sabe que no país há situações destas, tem experiência de se encontrar um modelo para seguir.-----

Referiu o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), disse não fazer sentido a Votação desta Moção, uma vez que a sua Bancada não concorda com o texto da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

mesma, sem que haja um aditamento das Propostas sugeridas pelo PSD e isso faria sentido se eventualmente o PS, levasse na próxima Reunião da Comissão Permanente, 2 elementos para que pudesse ser encontrado um texto consensual e que numa próxima sessão, pudesse ser votada.-----

Solicitou a palavra a Senhora **Deputada Maria Esteves (PS)**, para dizer que sobre esta matéria, compete aos jovens, para decidirem entre eles como pretendem organizar e quais os termos em que vão trabalhar. Se queremos que eles participem, há que orientar o caminho para eles participarem.-----

Criam-se as condições para a realização desta Assembleia dos Jovens, e eles depois decidirão o modo como irá funcionar. Em relação à articulação com os 4 Agrupamentos de Escolas e com as Associações de Estudantes, com a Escola Secundária de Loulé e o Conservatório de Música de Loulé. Os jovens são competentes para defender os seus interesses e os seus valores.-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, dizendo que esta Moção será votada tal como está, e espera que o Grupo Municipal do PSD vote a favor e que próxima Reunião da Comissão Permanente, seja discutida a forma como irá a mesma funcionar. Disse que o funcionamento desta Assembleia Municipal Jovem, deve partir acima de tudo das comunidades juvenis do concelho de Loulé. Deverá haver um possível Estatuto/Regulamento da Assembleia Municipal Jovem, aos membros das Associações Estudantis do concelho, que só enriquecerá este órgão municipal.-----

Foi colocada à votação a **Moção "Pela maior participação e envolvimento dos jovens"** - Moção de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PS, e foi **aprovada por maioria**, com 25 votos a favor (24 PS e 1 BE, Carlos Martins) e 11 abstenções (9 PSD, 1 do CDS, António Farrajota e 1 do Independente, Fernando Santos).-----

A Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, fez uma Declaração de Voto Oral: "Na votação desta Moção, abstivemo-nos não por não concordarmos com a criação de um espaço de debates para os jovens, as provas já foram dadas, da preocupação do PS com destas temáticas, veja "o Jogo da Democracia", mas porque não compreendemos em que moldes a pretendem criar, que foram aliás inexistentes e qual é que seria o modo de funcionamento desta Assembleia Municipal Jovem, qual a sua frequência e se seriam ou não temáticas.----- Este é um tema que exige uma Moção mais completa, mais concretizadora e com maior planeamento, porque é esta a atitude que revela o real interesse com a participação dos jovens, porque queremos que esta Proposta, seja mais do que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma ideia vazia "para o inglês ver". Os jovens merecem mais do que isto, e lamentamos que a Bancada do PS, não tenha aceite nenhuma das nossas sugestões, o que demonstra o desinteresse sobre a participação dos jovens.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, para uma Declaração de Voto Oral; "Apesar de não concordarmos com parte da redação do texto da proposta, nomeadamente a forma disto funcionar, e tal como disse, concordamos com todas as propostas que contribuam para o envolvimento e esclarecimento dos jovens na vida pública, na participação de sessões e debates sobre diversos temas, e no seu envolvimento para a prática da cidadania. Esta é a nossa posição de princípio e na próxima Reunião da Comissão Permanente, poderemos dar a nossa opinião sobre a Assembleia Municipal Jovem."-----

O Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, fez uma Declaração de Voto Oral; "Pela falta de substancia na proposta, nós abstivemo-nos".-----

6-Período da Ordem do Dia;-----

Neste ponto o Senhor **Presidente da Câmara**, solicitou que as alíneas c) e d), pudessem ser discutidas logo ao início dos trabalhos da Assembleia.-----

Foi esta proposta colocada à consideração do plenário, para ver se vê algum inconveniente nesta alteração;-----

O Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, disse que não concordava com a alteração, pelo facto que na ultima reunião da Assembleia, ter feito um pedido de alteração da Ordem de Trabalhos, tendo-lhe sido negada essa possibilidade.-----

O Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, disse que atendendo ao facto da importância das propostas em questão, a Bancada do PSD, aceita a alteração proposta.-----

O Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, concorda com a alteração proposta e sugere que a seguir à alínea c) e d), seja discutida a alínea a) e depois a alínea b).-----

As **Propostas c) e d)**, serão apresentadas em conjunto e votadas separadamente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

c)- Proposta 7/2020- Deliberação relativa à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 1.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 1.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º185-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- Proposta 8/2020- Deliberação relativa aos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2020, de 21 de Fevereiro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º224-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação das alíneas c) e d), foi cedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que fez uma explicação detalhada das mesmas.-----

Em relação à 1ª Alteração Orçamental Modificativa, neste momento as Câmaras Municipais do país, estão a implementar o sistema de normalização contabilística, ligada à administração pública e poderá haver alterações ao nível da estrutura de leitura do Orçamento da Despesa ou do Plano Plurianual de Investimentos ou até o próprio Plano de Atividades Municipais, deixando assim de existir o POCAL.-----

Desta primeira Revisão Orçamental, existe um conjunto alargado de investimentos, uns com alteração de rúbrica em termos plurianuais e outros de introdução como vem referido na Proposta.-----

Existe um conjunto de obras e investimentos fundamentais para o concelho e é por isso que está hoje para discussão, com a incorporação do saldo, no valor de cerca de 59 milhões de euros no Orçamento inicial.-----

O Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referiu que uma Revisão Orçamental, na ordem dos 61 milhões de euros, superior à maior parte dos Orçamentos das Câmaras Municipais do Algarve, merece toda a atenção na análise da mesma.-----

A posição do BE em relação à votação no Orçamento de 2020, foi aprovado por maioria e no qual o BE se absteve.-----

Após a integração das reservas existentes de 51 milhões de euros, o Orçamento passou para cerca de 160 milhões de euros, aumentando significativamente a capacidade de investimento camarário para quase 80% em 2020.-----

Disse ter dúvidas que alguns projetos e obras sejam possíveis de ser realidade dentro dos prazos previstos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A alteração modificativa do Plano Plurianual de Investimentos, apresenta um aumento de 61,6 milhões de euros, implicando a alteração de dotação em 37 rúbricas e a inscrição somente 5 novas rúbricas.-----

A apresentação de uma maior quantidade de projetos e obras, para executar neste e no próximo ano.-----

Colocou 2 questões ao Executivo, nomeadamente se a Fábrica de Cortiça do Ameixial é propriedade da Câmara, uma vez que tem uma obra prevista para "incubadora de empresas" no valor de 1,5 milhões de euros para serem gastos em 2020 e 2021 e justificar o custo de 48 talhões das Hortas Urbanas em Quarteira, onde está previsto gastar 600 mil euros, para fazer 40 talhões num terreno com 3600 m², dando uma média de 160€ m².-----

Solicitou a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que mencionou que relativamente a esta questão, disse compreender que estes 61 milhões de euros, serão certamente em função do saldo de gerência que se transpõe de um ano para o outro e que este reforço na maioria da previsão das rúbricas, certamente não vão ser realizadas nos próximos anos e nesse sentido a Bancada do PSD, nota uma falta de clareza em relação aquilo que é necessário para o município.-----

Teceu algumas considerações, o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, em relação a estas Propostas, disse ser uma prática orçamentar e depois reforçar, se efetivamente os custos aumentam, a dotação orçamental tem que ser reforçada.-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, que referiu um ponto nomeadamente a ligação de Quarteira Norte à rotunda da Vila Sol, sem que fosse mencionado aqui esta situação, grande parte dos perigos naquele local já estão em grande parte sanados. É importante dar uma palavra, não só para apontar os problemas, mas também quando já estão resolvidos.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, referindo que esperaria da Câmara Municipal de Loulé, e para quem faz projetos rasgados de criar novas avenidas e novos acessos para o município, para a mobilidade dos munícipes, aquela via efetivamente, poderia ter uma intervenção muito mais complexa, com um tapete melhorado, com condições adequadas à grandeza do município, com a quantidade de pessoas que se deslocam ao litoral. Apresentar aqui uma alteração orçamental desta natureza, não vem satisfazer as necessidades de obra que não conseguem executar, essa é a preocupação maior.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, congratulou o Executivo pelas obras de intervenção na via, já o PSD tinha alertado que a mesma necessitava de obras. Informou também que a estrada de Vale Judeu necessita de ser reparada, está em mau estado e perigosa com as raízes das árvores no alcatrão.-----

Depois interveio o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, lembrando que numa Reunião de Câmara, foram os Vereadores do PSD, que votaram contra a execução da obra feita pela Câmara Municipal naquela Estrada 396.-----

Para prestar esclarecimentos ao Senhor Deputado Carlos Martins, usou da palavra o Senhor **Vereador Carlos Carmo**, no que concerne às obras urbanas, lembrou que o projeto está identificado no âmbito da Estratégia às Alterações Climáticas, faz parte das 28 medidas de adaptação, e no âmbito desse projeto, foi iniciada a alteração do Regulamento, para Hortas Urbanas, permitindo a utilização das hortas, que antigamente eram Hortas Sociais, de forma comunitária e pedagógica, haverá um lote que será cedido à Escola, para que possa promover ali com os alunos, algumas atividades. Todo aquele equipamento será auto-sustentável, exceto na questão da água, ainda não foi garantido esse acesso, com a reutilização da mesma, com a água da chuva, essa questão está a ser trabalhada com a Universidade. Todos os talhões terão contadores com limitador de caudal, onde será imposto um limite para utilização em cada talhão.— Neste momento o Projeto está em fase de revisão e muito em breve será lançado o concurso, motivo esse que aparece agora aqui nesta Revisão.-----

O Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, dirigindo-se ao Senhor Deputado Carlos Martins, esclareceu que a fábrica onde vai ser instalada a incubadora no Ameixial, é propriedade da Câmara Municipal.-----

Quanto ao Senhor Deputado Mário Botelho, em relação à clareza na concretização, com certeza quereria dizer esperança na concretização, sendo a clareza uma coisa completamente diferente, isso tem a ver com transparência, porque a Câmara é transparente em tudo o que apresenta. Quando a Câmara, faz uma revisão orçamental desta magnitude, lembrando que em 2018, foram feitas 4 revisões e em 2019, 3 revisões e que em 2020, está previsto serem feitas 2, é no sentido de planear melhor do ponto de vista daquilo que poderá abrir em termos de investimento.-----

Há investimentos altíssimos que tiveram que ser revistos.-----

Para complementar a resposta aos Senhores Deputados João Guerreiro e Mário Botelho, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, disse que a obra que ali foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

feita foi uma obra simples, mas que resolveu o problema, para que as raízes não provocassem aquelas saliências, para que a estrada ficasse mais segura e os senhores na altura votaram contra. Espera que esta Alteração Orçamental, que vai criar a possibilidade de abrir um conjunto de empreitadas, possa ser votado pelos Senhores, até porque há investimentos importantes na freguesia de Quarteira, a somar queles que já estão em curso.-----

Em Vilamoura, há neste momento em curso, cerca de 4 milhões de obra, nomeadamente a 2ª fase do Passeio das Dunas, a Avenida da Alameda, a Rua dos Pinheirinhos e a Rua do Sol, que irá arrancar em breve.-----

A Câmara está de facto a trabalhar e a cumprir o seu programa eleitoral e está a investir onde é mais necessário e mais urgente.-----

c)- **Proposta 7/2020- Deliberação relativa à 1.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 1.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 1.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais**, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual; [**Proposta da Câmara Municipal n.º185-2020**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); **foi votada e aprovada por maioria**, com 26 votos a favor, sendo 24 do PS (Adriano Pimpão, Helena Baptista, Calçada Correia, Rosana Durão, Vítor Cristiano, Maria Esteves, Hugo Nunes, Abel Matinhos, Sónia Neves, Joana Conceição, Fábio Nobre, Dora Olival, José David, Conceição Leite, Vitorino Inácio, Dionísio Viegas, Marco Ferreira, Joaquim Pinto, Adriano Cabrita, José Carrusca, Nelson Brazão, Telmo Pinto, Luis Pinguinha e Manuel Guerreiro) e 2 do PSD, Deodato João e Margarida Correia, 10 abstenções (7 PSD- Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Ricardo Lampreia, João Guerreiro, Bárbara Correia e Duarte Duarte), 1 do Deputado Independente, Fernando Santos, 1 do Deputado do BE, Carlos Martins e 1 do Deputado do CDS, António Farrajota),-----

d)- **Proposta 8/2020- Deliberação relativa aos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais**, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2020, de 21 de Fevereiro, na redação atual; [**Proposta da Câmara Municipal n.º224-2020**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); **foi votada e aprovada por maioria**, com 26 votos a favor, sendo 24 do PS (Adriano Pimpão, Helena Baptista, Calçada Correia, Rosana Durão, Vítor Cristiano, Maria Esteves, Hugo Nunes, Abel Matinhos, Sónia Neves, Joana Conceição, Fábio Nobre, Dora Olival, José David, Conceição Leite, Vitorino Inácio, Dionísio Viegas, Marco Ferreira, Joaquim Pinto, Adriano Cabrita, José Carrusca, Nelson Brazão, Telmo Pinto, Luis Pinguinha e Manuel Guerreiro) e 2 do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

PSD, Deodato João e Margarida Correia, 10 abstenções (7 PSD- Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Ricardo Lampreia, João Guerreiro, Bárbara Correia e Duarte Duarte), 1 do Deputado Independente, Fernando Santos, 1 do Deputado do BE, Carlos Martins e 1 do Deputado do CDS, António Farrajota),----

Passou-se à análise da alínea a);-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município,** ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, teceu algumas considerações em relação à Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, referindo que o mesmo é demasiado extenso, as cerca de 100 páginas, deveriam ser sintetizadas.-----

Informou o Senhor **Presidente da Assembleia**, que desde 2013, a legislação é mais exigente, em relação aquilo que deve ser a Informação das Empresas Municipais, de forma detalhada.-----

Disse que sugeriu que fosse feito um Sumário, com os principais pontos políticos que se quisessem realçar, nas páginas principais. Quanto à vastidão da informação, ela decorre da Lei e isso obriga a que haja um resumo, mas isso cabe à Câmara Municipal, a melhor maneira de o fazer.-----

O Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, disse que insistia com uma questão para a qual não obteve resposta, e que se prende nomeadamente com o tipo de obra e custos, que está a ser feito no exterior do Centro Autárquico de Loulé.---
Frisou ainda que o Grupo Municipal do BE, não tem nada contra a obra do Colégio Privado da Zona Industrial de Loulé, mas apenas porque chegou à conclusão, que foi aprovada uma alteração à obra inacabada, está em curso a alteração do uso, mas não está em funcionamento, e aí é que a Câmara erra, porque a Câmara deveria de ir ao local averiguar em concreto o que realmente se está a passar. Estão a decorrer obras na parte exterior do edifício, que tem lá uma placa informativa de obras, mas não tem nada preenchido, não tem o nome do dono da obra, o prazo da licença, o número da licença e essas coisas têm que lá estar mencionadas.-----

Disse que tinha consultado o site da escola, onde a mesma tinha um calendário escolar aprovado, desde o passado mês de Setembro e tem alunos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Em relação à questão da Educação, parece haver uma discrepância nos rácios apresentados, nomeadamente no Agrupamento Dra. Laura Ayres, comprando o nr de técnicos administrativos, comparado com as outras escolas do concelho.-----

Em relação às Contas, felicitou o município, pela atividade em termos de investimento, com uma entrada de IMT na ordem dos 7,2 milhões de euros e a continuar assim, teremos a maior receita de sempre no concelho de Loulé.-----

Para colocar uma questão ao Senhor Vice-Presidente, o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, e que tem a ver com a observação do Senhor Deputado Carlos Martins, relativamente sobre a questão dos impostos diretos, concretamente na pág.33 e questiona a que se deve este aumento tão substancial do imposto direto, nomeadamente o IMT, passou de 3 milhões para 7 milhões de euros.-----

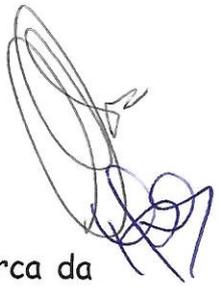
Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que se congratulou com o nível de informação prestada, mas ao mesmo tempo questiona-se se não se estará a exagerar no pormenor da informação prestada, e perguntou quantos Deputados Municipais lêem estas 112 páginas. Há um nível de trabalho exagerado que não crê ser muito justificável, devendo ser mais sintetizada.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, fez uma sugestão, sobre a questão de haver aqui um "resumo" sobre este Relatório por forma a ser lido de uma forma mais sintética e mais rápida, que realçasse os aspetos mais políticos, que consistiria numa parte onde se pudesse fazer a avaliação da qualidade do serviço prestado. Referiu como exemplo, que não se tem noção de quanto tempo o munícipe tem de espera de resposta a um Requerimento de uma determinada atividade, sabe-se a quantidade, o numero de processos, mas não se sabe o tempo de espera de resposta.-----

Respondeu o Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão** que em relação à informação disponibilizada, não são 112 páginas uma vez que foi solicitado pelo Grupo Municipal do BE, na pessoa do Deputado Carlos Martins, a relação dos pagamentos dos empreiteiros em cada obra, que foram a Reunião de Câmara, para conhecimento de toda a situação da empreitada.-----

Em relação à parte da qualidade da informação financeira, por parte da Câmara, ela deve ser sucinta, nomeadamente cerca de 50 páginas é referente às Empresas Municipais. Se os Senhores Deputados, entenderem que as Empresas Municipais, basta a execução orçamental e uma folha de resumo no início, poder-se-á proceder à sua reformulação de cerca de 50 páginas para apenas 5.-----

Depois usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara**, que disse ter registado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

as observações feitas à riqueza de informação feita na Informação acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, realçando que mais vale "pecar por excesso do que por defeito", ela está muito bem elaborada e cada um pode selecionar aquilo que tiver mais interesse em consultar.-----

A informação é muita, as reuniões da Assembleia Municipal, são feitas num elevado número e toda a informação é prestada, mas se acham demais, poder-se-á reduzir. Já foi explicado que na decorrência da Lei, relativamente à apresentação desta informação, obriga a que as Empresas Municipais, produzam mais informação.-----

Em relação à questão colocada pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), informou que se trata de uma obra de arte pública, é um moral de azulejos, feito pelo artista Rico Sequeira, com um valor de cerca de 96 mil euros.-----

Este Executivo, defende que o espaço público urbano, tem que ter beleza, tornando as cidades mais bonitas e mais agradáveis, apelando à cultura da sensibilidade do cidadão. Esta é uma política assumida por este Executivo, que nunca deixará de defender o papel da arte, na vida de cada um de nós.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que deverá haver o Relatório e uma Introdução ao mesmo, assim como o Governo já faz com o Orçamento e com as Grandes Opções do Plano, com as principais conclusões.-----

Foi realçado pelo Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que mais uma vez referiu, existir uma duplicação de informação, tornando-se demasiado exaustiva, podendo a mesma ser sintetizada.-----

Para conclusão, o Senhor **Presidente da Assembleia**, solicitou aos Senhores Deputados, que permitissem a aprovação em minuta do que foi hoje aqui aprovado. A Sessão terminará na próxima 2ª feira, para concluir a Ordem de Trabalhos, que é a alínea b), e), f) e g).-----

Não tendo sido esgotada a Ordem de Trabalhos desta sessão, foi convocada a continuação desta reunião, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para o dia 02 de Março.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Adm. Lagoa
 A 1ª SECRETÁRIA _____
 A 2ª SECRETÁRIA _____



MOÇÃO CONJUNTA DOS PRESIDENTES DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS DO ALGARVE

PELO HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE

O Algarve é uma região muito deficitária em termos de saúde, por isso verificamos que com frequência saímos nas notícias dos jornais por más razões e não somos capazes de atrair e preencher as vagas para concursos de especialistas, de grande necessidade para a região.

A nossa região encontra-se a 300 Km dos hospitais centrais em Lisboa. Temos uma população flutuante muito grande, que durante o Verão duplica ou triplica, agravando uma incapacidade para prestar os cuidados de saúde de qualidade necessários. O Hospital de Faro encontra-se esgotado, sem capacidade de crescimento ou receber novas especialidades. Faltam gabinetes de consulta, as condições físicas degradadas e as condições de trabalho são más. Temos falta de camas para internamento, sendo uma das menores taxas a nível nacional.

Em 2006, foi desenvolvido um estudo independente pela Faculdade de Economia do Porto, que considerou o novo Hospital Central do Algarve como a 2ª prioridade nacional de construção de novos hospitais, a seguir ao Hospital Oriental de Lisboa (Hospital de Todos os Santos). No entanto, no Plano de Desenvolvimento 2020-23, já não figura o Hospital Central do Algarve, constam o Hospital Oriental de Lisboa, Évora, Seixal, Sintra e Madeira. Significa que, até 2023, não se iniciará a construção do novo Hospital do Algarve. Já existe terreno, projeto de construção e uma 1ª pedra colocada desde 2008.

Porque necessitamos de um novo hospital?

Precisamos de um hospital altamente diferenciado, para prestar cuidados de saúde de maior qualidade aos algarvios e a quem nos visita, com boas condições de trabalho e que possa receber novas especialidades com mais e melhores equipamentos. Assim,



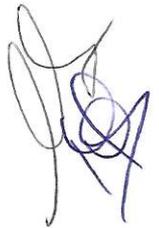
evitaremos a transferência de doentes para Lisboa, porque poderão ser tratados no Algarve. Será também um incentivo muito importante para a fixação de médicos e profissionais de saúde, pois poderão desenvolver-se profissionalmente. Além disso, a ligação à Universidade e ao Curso de Medicina, beneficiará muito com um novo hospital e impulsionará os profissionais de saúde para iniciar novos projetos e trazer inovação. Estes fatores poderão contribuir significativamente para a fixação de médicos na região.

O Hospital Central do Algarve é um legítimo anseio dos algarvios, absolutamente essencial para a melhoria significativa da prestação dos cuidados de saúde. Os deputados municipais reunidos em Assembleia apelam ao Governo para iniciar o mais rapidamente possível a revisão do projeto e início da sua construção.

Da presente moção deverá ser dado conhecimento ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Presidente da República, à Sra. Ministra da Saúde, à Sra. Secretária de Estado Adjunta da Saúde, à Comissão Parlamentar da Saúde e à AMAL.

Grupo Municipal do Partido Socialista de Loulé

Moção de recomendação Pela maior participação e envolvimento dos jovens



Segundo o nº 2 do artigo 70º da Constituição da República Portuguesa, “A política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade”.

Segundo um inquérito global da fundação aliança de democracias, mais de metade dos jovens a nível mundial não se sentem representados pelos seus governos e só 28% admite ter participado nos últimos atos eleitorais.

O mesmo sucede em Portugal, onde os jovens estão insatisfeitos com a democracia e mais de 57% dos que têm entre os 15 e os 24 anos não têm qualquer interesse pela política.

Segundo o estudo, ‘Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens numa perspetiva comparada’, realizado em 2015, fica claro que os que estão nesta faixa etária nem sequer participam em associações cívicas. Apenas 5,1% colaboram com associações estudantis e 1,7% integra associações ou ordens profissionais.

Para o Partido Socialista a participação dos jovens na política é um garante da proteção do Estado de Direito Democrático aos tempos em que vivemos, sendo crucial a criação de oportunidades para que esta participação seja uma realidade e para que todos os jovens possam contribuir ativamente para a construção de uma sociedade de futuro.

Na nossa opinião, os órgãos autárquicos podem e devem estar mais próximos dos munícipes mais jovens, tendo em vista o esclarecimento de quais as competências, responsabilidades dos órgãos autárquicos e sobretudo acerca do seu funcionamento, contribuindo assim para uma melhor compreensão e apropriação do que são os seus seus direitos e deveres de cidadania.

Posto isto, e tendo em conta tudo o que foi referido, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida a 28 de fevereiro de 2020, recomenda que:

1) A Assembleia Municipal de Loulé, em articulação com a Câmara Municipal de Loulé e com os agrupamentos de escolas do concelho, constitua a Assembleia Municipal Jovem dirigida aos alunos do 3º ciclo do Ensino Básico e aos alunos do Ensino Secundário, constituindo assim uma forma de os jovens contactarem diretamente com o funcionamento da Assembleia Municipal e criando um espaço de debate de vários temas presentes no seu quotidiano, identificando problemas, propostas e soluções.

Loulé, 28 de Fevereiro de 2020

